



RECEITA ESTADUAL RS



Gefe^{RS}
Grupo de Educação Fiscal



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
FISCAL-RS**
Aprendendo a ser Cidadão

Relatório de Educação Fiscal

2020

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PÁGINA 3

Quadro Informativo das Ações de Educação Fiscal realizadas pela Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios (DRCM) da Receita Estadual em 2020

PÁGINA 4

LEGISLAÇÃO

PÁGINAS 5 E 6

I Seminário Virtual de Educação Fiscal encerra com mais de mil participações

PÁGINA 7

Curso EAD sobre Programa de Integração Tributária e Educação Fiscal capacita servidores durante o distanciamento social

PÁGINAS 8 E 9

Educação Fiscal é tema de concurso e atividade de sensibilização a distância para professores

PÁGINAS 11, 12 E 13

Mais de 600 professores e fazendários municipais foram capacitados na atividade de Sensibilização de Educação Fiscal do 2º Semestre de 2020

PÁGINAS 14 E 15

II Seminário Virtual de Educação Fiscal debateu a proposta de reforma tributária e registrou participantes de mais de 300 municípios gaúchos

PÁGINAS 16 E 17

Concluída a 8ª edição do Curso de Extensão em Educação Fiscal e Cidadania, pela primeira vez realizado em modalidade remota

PÁGINAS 18 e 19

Curso teórico a distância sobre “Turmas Volantes Municipais” capacita sua primeira turma

PÁGINA 20



APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as ações realizadas pela Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da Receita Estadual no ano de 2020, um período que será lembrado como o ano da pandemia da Covid-19, mas também como uma época de renovação.

Eventos regionais como os grandes seminários de Educação Fiscal foram substituídos por eventos virtuais, as oficinas pedagógicas para sensibilização foram transferidas para uma plataforma de Educação a Distância e as atividades de Educação Fiscal nas escolas foram realizadas através do ensino remoto.

A renovação da prática pedagógica e de compartilhamento de saberes sobre a cidadania fiscal trouxe desafios, mas também trouxe inclusão através de novas tecnologias. Os seminários virtuais permitiram a participação e interação de uma multiplicidade de pontos de vista e atores sociais localizados em diferentes pontos do Estado.

O curso de extensão Educação Fiscal e Cidadania, realizado em parceria com a UFRGS, foi ainda mais longe, atingindo outros pontos do país.

Ressignificar e enriquecer saberes na temática foi o resultado deste processo e é esta riqueza da troca que este relatório apresenta: a cidadania fiscal em movimento.

Quadro Informativo das Ações de Educação Fiscal realizadas pela Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios (DRCM) da Receita Estadual em 2020

Formação	Público atingido	Municípios atingidos
I Seminário Virtual de Educação Fiscal	1.023 participantes certificados	228 municípios
Curso EAD “PIT - Educação Fiscal”	43 servidores municipais aprovados	39 municípios
Atividade de sensibilização de Educação Fiscal a distância	904 participantes certificados	145 municípios
Concurso “Professores Pensam a Transversalidade na Educação Fiscal”	361 inscrições	134 municípios
Informativo PIT	Estima-se o envio de cada edição para mais de 5 mil pessoas. Foram 3 edições enviadas.	Todos municípios gaúchos
Atividade de sensibilização de Educação Fiscal a distância – 2ºsem/2020	1.113 inscritos – 603 participantes certificados	184 municípios
II Seminário Virtual de Educação Fiscal	1.205 inscritos – 851 participantes certificados	301 municípios
8ª edição do Curso de Extensão em Educação Fiscal e Cidadania (edição remota)	411 inscrições confirmadas – 326 participantes aprovados	61 municípios
Curso teórico EAD “Turmas Volantes Municipais”	36 servidores municipais	28 municípios



LEGISLAÇÃO

O Programa Estadual de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul, regulamentado pela Lei Nº 11.930/2003, faz parte do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF, que visa promover e institucionalizar a educação fiscal para o pleno exercício da cidadania. Tem como objetivos: prestar informações aos cidadãos quanto à função socioeconômica dos tributos, levar conhecimentos aos cidadãos sobre administração pública, alocação e controle de gastos públicos, incentivar o acompanhamento pela sociedade da aplicação dos recursos públicos, criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão e promover ações integradas de combate à sonegação fiscal.

No Rio Grande do Sul, desde junho de 2019, quando houve a extinção de todos os colegiados pelo Decreto Federal Nº 9.759, de 11/04/2019, o Estado passou a integrar o Grupo de Trabalho GT66, criado no âmbito da COTEPE/ICMS, órgão integrante da política fazendária – CONFAZ, através do Protocolo ICMS Nº 44, de 29/07/2019– Confaz, com regulamentação complementar do ATO COTEPE/ICMS 37/19, de 29/07/2019, posteriormente substituído pelo ATO COTEPE/ICMS nº 48, 04/09/2019, dispondo sobre os grupos e subgrupos de trabalho da Comissão Técnica Permanente COTEPE/ICMS.

Observadas as diretrizes nacionais do PNEF, cada Estado tem responsabilidade na implementação de ações, definindo suas estratégias de acordo com a realidade regional.



LEGISLAÇÃO

No Rio Grande do Sul, o Estado trabalha o Programa de Educação Fiscal sob o escopo do Programa de Integração Tributária – PIT. O PIT se desenvolve através de um convênio que prevê cinco grupos de ações operacionalizadas entre Estado e Municípios, entre elas as ações de Educação Fiscal. Instituído pela Lei nº 12.868/2007, tem como objetivo incentivar e avaliar as ações municipais de interesse mútuo dos municípios e do Estado no crescimento da arrecadação do ICMS.

Entre as ações previstas está a implementação de projetos pedagógicos que tratem de forma transversal os temas da Educação Fiscal no currículo escolar, de forma a promover o desenvolvimento de uma consciência fiscal, um ambiente de conhecimento e valorização dos bens e serviços públicos advindos dos impostos, a concorrência justa entre as empresas pelo combate à sonegação e o controle social do cidadão sobre os recursos públicos.

Em 2020, dos 497 municípios gaúchos, 332 municípios possuem legislação própria de Educação Fiscal.



ATIVIDADES



I Seminário Virtual de Educação Fiscal encerra com mais de mil participações

O I Seminário Virtual de Educação Fiscal, promovido pela Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da Receita Estadual (DRCM), encerrou dia 30 de maio e

contabilizou 1.023 participantes certificados, abrangendo 46% dos municípios gaúchos. Por meio da iniciativa, foram disponibilizados vídeos sobre vários temas relacionados à educação fiscal no Youtube. Para garantir o certificado, os usuários deviam ter pelo menos duas horas de participação virtual e enviar, através de um formulário online, um breve relato sobre o tema assistido, compartilhando seu ponto de vista a respeito do assunto.

O Seminário Virtual fez parte de uma série de ações alternativas promovidas durante a pandemia que ofereceram a possibilidade de pontuação no Programa de Integração Tributária (PIT), que incentiva ações de interesse mútuo entre Estado e municípios no crescimento da arrecadação do ICMS, repercutindo nos repasses às Prefeituras. De acordo com o chefe da Divisão, João Carlos Loebens, o número de participações superou todas expectativas, principalmente considerando o momento de pandemia e isolamento social.

"O I Seminário Virtual foi um sucesso. Buscamos por um novo formato, inovador na nossa área, e o resultado alcançado foi surpreendente", afirmou Loebens.

Na prestação de contas do 2º semestre de 2019, por exemplo, foram apresentados 555 certificados de seminários para pontuação na ação "1.04 do PIT (Participar, com servidores municipais, de seminários do Programa de Educação Fiscal)". Com as 1.023 participações no I Seminário Virtual, é possível afirmar que houve um aumento de 84% no índice, revelando que o evento virtual teve maior alcance quando comparado ao presencial.

Das 1.023 participações, 63% foram de participantes vinculados à área da Educação e 34% vinculados à área fazendária. Dos 228 municípios que registraram participação, Garibaldi encabeçou a lista com mais inscritos, com 16% das inscrições. Em segundo e terceiro lugares ficaram Ibirubá e Monte Alegre dos Campos, com 8% e 5% das inscrições, respectivamente. Foi possível aferir também que 59% das interações foram realizadas entre quartas e sextas-feiras.

Os vídeos mais vistos pelos participantes foram "Tributação e Gasto Público no Brasil: para onde vamos?" e "5 Passos para Aplicar Metodologias Ativas". Através do registro das visualizações, o vídeo mais visto teve um aumento de 953% nas visualizações comparando o antes e o depois da realização do Seminário.

Além disso, em virtude de não cumprirem os requisitos determinados no regulamento, 13% das participações acabaram sendo desclassificadas.



Curso EAD sobre Programa de Integração Tributária e Educação Fiscal capacita servidores durante o distanciamento social

A Receita Estadual, por meio da Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da Receita Estadual (DRCM), concluiu a formação de mais uma turma do curso “Programa de Integração Tributária – Educação Fiscal”, oferecido na modalidade a distância em parceria com o portal Escola na Rede. A iniciativa ocorreu entre 15 de abril e 19 de maio, formando 43 servidores de 39 municípios do Rio Grande do Sul.

O principal objetivo do curso é aprofundar o conhecimento sobre educação fiscal e sua relação com o Programa de Integração Tributária (PIT), buscando propiciar as condições para que os servidores reflitam sobre como podem contribuir para implantar ou incrementar o Programa de Educação Fiscal nos seus municípios. Ao todo, desde 2016, já são sete turmas concluídas e 280 pessoas, de 171 cidades diferentes, capacitadas.

O conteúdo é dividido em quatro módulos, com carga horária de 20 horas: o primeiro contextualiza os principais conceitos sobre educação fiscal; o segundo explica a relação entre a educação fiscal e o PIT; o terceiro detalha como implantar um Programa Municipal de Educação Fiscal; o quarto módulo, por fim, apresenta um conjunto de atividades para a manutenção do Programa Municipal de Educação Fiscal. Para concluir o curso, o aluno precisa participar de cinco atividades avaliativas, sendo elas dois fóruns, um diagnóstico sobre a educação fiscal no seu município, a elaboração de um plano para que o município passe a participar ou atue de forma mais efetiva no PIT e no Programa de Educação Fiscal, além um questionário final.



Iniciativa foi realizada durante a crise da Covid-19

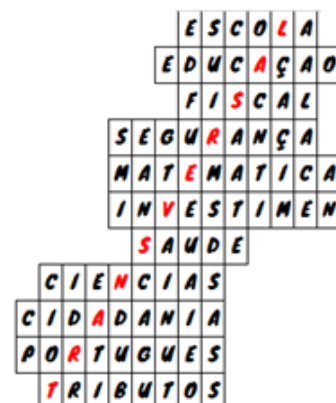
O curso estava previsto para ser disponibilizado ainda antes da pandemia. Com o advento do estado de calamidade pública, os alunos foram consultados sobre a disponibilidade de realizar a atividade em modo de teletrabalho, o que viabilizou a realização do curso sem prejudicar o isolamento social.

Esse momento ímpar propiciou debates diferenciados, ressaltando a função do Estado e dos tributos para viabilizar o atendimento e o acesso à saúde para toda a sociedade. De acordo com o chefe da DRCM, João Carlos Loebens, vários alunos mencionaram a pandemia do coronavírus como exemplo de situação em que a presença do Estado é fundamental na organização social para o enfrentamento da crise. Buscando conhecer o funcionamento da estrutura de ingressos e gastos dos recursos públicos, associada ao necessário controle (tanto institucional como social), e debatendo com os colegas do curso sobre uma área tão essencial para viabilizar a convivência humana de forma harmoniosa, a inclusão da covid-19 nos assuntos e reflexões foi bastante considerável, evidenciando a importância da atuação pública para fazer frente ao problema.

Além disso, o curso também contou com a participação especial de Dão Real Pereira dos Santos, Auditor da Receita Federal do Brasil, que participou como convidado dos debates com os alunos, esclarecendo dúvidas que surgiram sobre o tema da reforma tributária.



CONCURSO PROFESSORES PENSAM A TRANSVERSALIDADE NA EDUCAÇÃO FISCAL

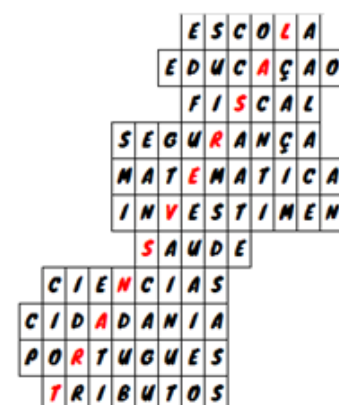


Educação Fiscal é tema de concurso e atividade de sensibilização a distância para professores

No dia 30 de junho, encerrou o prazo para participação em mais duas iniciativas virtuais promovidas pela Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios (DRCM) da Receita Estadual. O “Concurso Professores pensam a transversalidade na Educação Fiscal” e a “Atividade de sensibilização de Educação Fiscal a distância” foram oferecidas durante a pandemia, tendo em vista o cenário de restrições impostas pelo novo coronavírus, como possibilidade de capacitação no tema e pontuação no Programa de Integração Tributária (PIT), que impacta os repasses de ICMS às Prefeituras. De acordo com o chefe da Divisão, João Carlos Loebens, ambas iniciativas foram altamente proveitosas e só foram possíveis graças ao esforço e dedicação da equipe. “Este ano tivemos o desafio de nos reinventar e buscar alternativas para realizar nosso trabalho. Lançamos três atividades virtuais, o Seminário Virtual, o Concurso e a Atividade de Sensibilização, e ao todo somamos mais de 2,2 mil participações, de 279 municípios gaúchos. Estes números refletem o engajamento alcançado, mesmo durante a pandemia”, afirmou Loebens.

ATIVIDADE DE SENSIBILIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO FISCAL





Concurso “Professores pensam a transversalidade na Educação Fiscal”

O concurso “Professores pensam a transversalidade na Educação Fiscal” foi lançado em 7 de abril e encerrou dia 30 de junho, registrando 361 inscrições de 134 municípios gaúchos (27% do total). Das inscrições recebidas, 57% concorreram na Categoria 1 – Professores do ensino fundamental (1º a 5º anos), 41% na Categoria 2 – Professores do ensino fundamental (6º a 9º anos) e apenas 2% na Categoria 3 – Professores do ensino médio (1º, 2º e 3º anos). O município de Tenente Portela encabeçou a lista com mais inscritos, com 8% das inscrições. Em segundo lugar ficaram empatados os municípios de Três Palmeiras e Paraíso do Sul, ambos com 4%.

A Comissão Avaliadora do concurso, composta por especialistas na área de Educação Fiscal de oito estados brasileiros, julgou os projetos inscritos e a divulgação dos ganhadores foi realizada dia 15 de julho na página do PIT no site da Receita Estadual.

Com o intuito de estimular os professores em sala de aula para o tema da cidadania fiscal, através da compreensão dos conceitos básicos da educação fiscal, o concurso era voltado aos professores da rede pública municipal e estadual e consistia na elaboração de uma proposta de atividade sobre a função social do Estado, representada pela presença no fornecimento de bens e serviços públicos à população. Os municípios com participação no concurso pontuaram no Programa de Integração Tributária – PIT, no Grupo I – Ações de Educação Fiscal, item 1.08 – Realizar concurso de Educação Fiscal.

ATIVIDADE DE SENSIBILIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO FISCAL



Atividade de sensibilização de Educação Fiscal a distância

A Atividade de Sensibilização ficou disponível por 51 dias, de 12 de maio, dia do seu lançamento, até 30 de junho. Foram registradas participações em todos os dias deste período, totalizando 904 participantes certificados de 145 municípios gaúchos (29% do total). O município que registrou maior participação foi Garibaldi, com 17% do total. Em segundo lugar ficou Araricá, com 13%, e em terceiro lugar, Taquari, com 9%.

Das inscrições recebidas, 77% delas informaram ter usado como base para seu projeto os cadernos pedagógicos “Aprendendo a ser Cidadão”, que foram produzidos pela Receita Estadual. O material pedagógico é destinado aos alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e tem por objetivo viabilizar o trabalho transversal com os temas da Educação Fiscal em sala de aula.

Também voltada para professores, esta atividade substituiu a oficina de projetos que estava na programação da DRCM. O participante iniciava assistindo aos vídeos disponibilizados, os quais orientavam sobre como elaborar e conduzir um projeto, e preenchia um formulário online com as informações do plano, enviando assim a sua participação.

Ao todo, 68% dos municípios que tiveram inscrições registradas atingiram o número mínimo de participações para garantir a pontuação no PIT, na ação 1.01 (Realizar atividade de sensibilização sobre o Programa de Educação Fiscal, do Grupo I – Educação Fiscal).

Mais de 600 professores e fazendários municipais foram capacitados na atividade de Sensibilização de Educação Fiscal do 2º Semestre de 2020



ATIVIDADE DE SENSIBILIZAÇÃO de Educação Fiscal

Considerando a situação da pandemia e a recomendação do distanciamento social para evitar a propagação do vírus, a Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios (DRCM) da Receita Estadual realizou atividade de sensibilização de Educação Fiscal a distância.

Nesta edição, a segunda do ano, a atividade foi voltada para dois públicos – professores e fazendários municipais – com programação e avaliação específica para cada um.

A atividade ficou disponível online do dia 27 de julho a 31 de agosto, e somando as duas turmas, foram registrados 1.113 inscritos, de 184 diferentes municípios (37% do Estado), representando um crescimento de 23% no número de inscritos em comparação com a atividade do 1º semestre do ano.

Atividade de Sensibilização para Professores

Na atividade de sensibilização para os professores foram sugeridos dois temas para os projetos em sala de aula: a valorização da produção local e regional como estímulo à reto-

mada da economia e geração de arrecadação no Estado e cuidados com a saúde na educação infantil, trabalhando com os educadores o gasto público em saúde.

O objetivo pedagógico foi sensibilizar para o fato que bens e serviços públicos são financiados pelos tributos e se constituem, portanto, em responsabilidade de todos.

A atividade capacitou os participantes sobre Educação Fiscal, pedagogia dos projetos e nas possibilidades de abordagem do tema em tempos de pandemia, sendo a maior parte do conteúdo através de vídeos no Youtube. A avaliação foi embasada na interação com os colegas nos fóruns e em um exercício de projeto sobre os temas desta atividade.

Foram inscritos 845 professores, de 154 municípios, porém apenas 51% foram aprovados e certificados. O alto índice de desistentes, 39%, estima-se que ocorreu em virtude do envolvimento dos professores no segundo semestre do ano com as atividades escolares domiciliares.

Atividade de Sensibilização para Fazendários

A atividade de sensibilização para fazendários abordou o tema da economia local e a sua relação com a educação fiscal.

Os participantes foram capacitados nos temas de noções básicas sobre Educação Fiscal, corrupção pública e privada, educação fiscal e as crianças e ações de Educação Fiscal no Programa de Integração Tributária – PIT.

A avaliação consistia na interação com os colegas nos fóruns e na apresentação de uma proposta que abordasse sobre os temas principais.

268 fazendários, de 109 municípios gaúchos, foram inscritos na atividade, e 64% foram aprovados e certificados.

Lançamento da nova plataforma “EAD Receita Estadual”

As lições, atividades e avaliações desta sensibilização foram realizadas através da plataforma de ensino a distância da Receita Estadual, o “EAD Receita Estadual”, e marcou o lançamento da plataforma.

De acordo com João Carlos Loebens, chefe da DRCM, a disponibilização de uma ferramenta de capacitação exclusiva para a Receita Estadual, com gestão própria, vai possibilitar que sejam oferecidos mais cursos e assim sejam capacitadas mais pessoas nos temas afeitos ao fisco gaúcho.

Pontuação no PIT

O Programa de Integração Tributária prevê entre suas ações no Grupo I – Educação Fiscal a ação 1.01 – Realizar atividade de sensibilização sobre o Programa de Educação Fiscal. Pontuaram com 3 pontos nesta ação os municípios que tiveram pelo menos três servidores participantes na atividade.

II Seminário Virtual de Educação Fiscal debateu a proposta de reforma tributária e registrou participantes de mais de 300 municípios gaúchos

O II Seminário Virtual de Educação Fiscal, promovido pela Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da Receita Estadual (DRCM), colocou em pauta o debate sobre a proposta de reforma tributária apresentada pelo governo do RS e contabilizou 1.205 participantes, abrangendo 61% dos municípios gaúchos. O objetivo do Seminário era despertar, entre os servidores municipais da área da educação e fazendária, o interesse pelos diversos aspectos que envolvem o sistema tributário, especialmente o financiamento de bens e serviços públicos, bem como o processo de equilibrar interesses de diferentes atores sociais que são impactados por qualquer mudança neste cenário. Também foi aproveitada a oportunidade para debater o impacto dos repasses do ICMS e o papel dos servidores municipais na responsabilidade pela arrecadação das receitas próprias dos municípios.

O Seminário Virtual fez parte de uma série de ações alternativas promovidas durante a pandemia que ofereceram a possibilidade de pontuação no Programa de Integração Tributária (PIT), que incentiva ações de interesse mútuo entre Estado e municípios no crescimento da arrecadação do ICMS, repercutindo nos repasses às Prefeituras. De acordo com o chefe da Divisão, João Carlos Loebens, o seminário na modalidade virtual se consagrou no calendário de eventos de capacitação. “A aposta de promover seminários virtuais foi um grande acerto. Na segunda edição do ano, registramos um aumento de 17,8% no número de participantes em comparação à primeira edição, atingindo mais de 300 municípios gaúchos, 15% a mais que na edição passada”, afirmou Loebens.

Dos 1.205 inscritos, 71% foram aprovados, 27% não concluíram as atividades e 2% foram reprovados. 301 municípios registraram participação e Ibirubá encabeçou a lista com mais inscritos, com 9% das inscrições.


Todas lições, atividades e avaliações do seminário foram realizadas através da plataforma de ensino a distância “EAD Receita Estadual”. Os participantes foram distribuídos em 12 turmas e 10 tutores, servidores da Receita Estadual, interagiram com os participantes nos fóruns e esclareceram as dúvidas que surgiram no debate.

II SEMINÁRIO VIRTUAL DE EDUCAÇÃO FISCAL

**REFORMA
TRIBUTÁRIA
DO ESTADO**

VAMOS CONHECER ESTA PROPOSTA?






A certificação foi condicionada à realização de duas atividades avaliativas: um fórum de reflexão sobre o tema “Impactos da proposta de Reforma Tributária nas finanças municipais e na vida das pessoas”; e um questionário sobre os principais pontos da reforma tributária que estava em debate na época.



Pontuação no PIT

O Programa de Integração Tributária prevê entre suas ações no Grupo I – Educação Fiscal a ação 1.04 – Participar, com servidores municipais, de seminários municipais, regionais, estaduais ou nacionais do Programa de Educação Fiscal, valendo 1 ponto por certificado, limitado a 3 pontos por município. Pontuaram nesta ação os municípios que tiveram participantes certificados no seminário.



Concluída a 8ª edição do Curso de Extensão em Educação Fiscal e Cidadania, pela primeira vez realizado em modalidade remota

A 8ª edição do Curso de Extensão em Educação Fiscal e Cidadania encerrou na última semana de novembro e capacitou mais de 400 alunos no período de 4 de agosto a 30 de outubro, com carga total de 60 horas-aula.

Neste ano, alinhada às medidas de isolamento social para prevenção da propagação do coronavírus, a iniciativa ocorreu, pela primeira vez, integralmente na modalidade a distância e sem atividades presenciais. Em decorrência desta inovação foi possível ofertar mais vagas que o usual nas turmas passadas, fechando esta edição com 411 inscrições confirmadas.

Outra novidade nesta edição foi a abertura para participação de alunos de outros Estados, o que só foi possível em virtude do caráter virtual das aulas.

Participaram alunos de Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Pará, Tocantins, Bahia, Paraná e Ceará. Dos alunos do Rio Grande do Sul, foi registrado o alcance de participação em 61 municípios gaúchos.

Referente ao desempenho dos alunos no curso, 79% foram aprovados e 21% reprovados. A avaliação final do curso foi muito positiva, sendo que 95% dos alunos que responderam a pesquisa avaliaram o curso como “foi bastante válido e recomendaria a outras pessoas sua participação”.

De acordo com João Carlos Loebens, chefe da Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da Receita Estadual (DRCM), “a primeira edição a distância nos surpreendeu pelos resultados positivos, tanto em relação à quantidade de participantes quanto à abrangência. Através da divulgação de legislação, dados e conhecimento relacionados ao funcionamento do Estado e à função social dos tributos, o curso está alinhado com o propósito do Planejamento Estratégico da Receita Estadual de promover a cidadania fiscal”.



8ª Edição – Remota

O curso foi estruturado com uma palestra de lançamento e dez aulas, sendo que cada aula era composta por atividades obrigatórias, complementares e de avaliação. Abordando os temas de cidadania, tributação, gasto público, orçamento, transparência e controle social, a ação buscou contribuir com o processo de formação de multiplicadores em educação fiscal e protagonistas no fortalecimento da cidadania. Para tanto, foram utilizadas plataformas tecnológicas que permitiram a transmissão do conteúdo, através do repositório de materiais, da interação dos participantes e de aulas assíncronas (gravadas) e atividades síncronas (em tempo real, on-line) programadas, como os encontros quinzenais para esclarecimento de dúvidas.

O curso de extensão

Concebido e desenvolvido por intermédio de uma parceria entre a Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) e o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (Cegov) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Alfândega de Porto Alegre da Superintendência da 10ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil, a Subsecretaria da Receita Estadual, o Programa Municipal de Educação Fiscal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o Instituto Justiça Fiscal (IJF), a capacitação conta com um grupo multidisciplinar de professores, servidores públicos ativos e aposentados que voluntariamente buscam contribuir com a formação de protagonistas em ações que beneficiem a comunidade e resultem no desenvolvimento político, social e econômico orientado por princípios relacionados à solidariedade, sustentabilidade e justiça fiscal.

Fazem parte do grupo docente desta edição os colegas João Carlos Loebens e Tânia Santos Coelho de Souza, que atuam na Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da Receita Estadual, e que ministraram a aula sobre o tema “Transparência e Controle Social”.




Turmas Volantes Municipais

Curso teórico a distância sobre “Turmas Volantes Municipais” capacita sua primeira turma

No dia 15 de dezembro a DRCM também concluiu a primeira edição do curso teórico sobre “Turmas Volantes Municipais”. O curso foi disponibilizado na plataforma de educação a distância da Receita Estadual, com conteúdo totalmente desenvolvido pela equipe da DRCM, com apoio e revisão de colegas da Delegacia do Trânsito. A turma teve 100% de aprovação, capacitando 36 servidores municipais de 28 municípios gaúchos.

O curso, realizado no período de 16 de novembro a 14 de dezembro, aborda os tópicos Noções Gerais sobre Turmas Volantes Municipais; Segurança na abordagem, apresentação e postura do agente municipal; e Trajeto da Nota Fiscal no CMT, registrando a carga horária de 20 horas. Nesta carga horária está incluso também um módulo sobre cidadania fiscal, considerando a nova diretriz e política de formação adotada pela DRCM: a transversalização do tema educação fiscal em todas as formações ofertadas aos municípios.

O curso teórico de Turmas Volantes Municipais é uma demanda dos municípios, pois é requisito para a emissão do Certificado de Habilitação expedido para os agentes municipais das TVMs. A atuação das Turmas Volantes Municipais pontua no Programa de Integração Tributária – PIT, além de ser pago um benefício de R\$ 3.000,00 (três mil reais) em cada mês de atuação aos municípios que realizarem, no mínimo, 200 (duzentos) Registros de Passagem no mês.



Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios

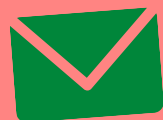


EXPEDIENTE

CONTATO: (51) 3214-5020
ENDEREÇO: Caldas Júnior 120,
13º andar- Centro - Porto
Alegre



@EducFiscalRS



drcm@sefaz.rs.gov.br



www.educacaofiscal.rs.gov.br



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
FISCAL-RS**
Aprendendo a ser Cidadão